



ABUSO SEXUAL INFANTIL E CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DA MULHER ADULTA: REVISÃO SISTEMÁTICA

ABUSO DE NIÑOS Y LAS CONSECUENCIAS EN LA VIDA DE LAS MUJERES ADULTAS: REVISIÓN SISTEMÁTICA

CHILD ABUSE AND CONSEQUENCES IN THE LIFE OF WOMAN: SYSTEMATIC REVIEW

Lígia Wolbert¹
Izabela Ornelas Alexandrino²
Luciana Kind³

RESUMO: Realizou-se uma análise crítica sobre artigos científicos de psicologia e áreas afins que discutem a temática das consequências sexuais e psicológicas do abuso infantil na vida de mulheres adultas. A pesquisa é bibliográfica de abordagem qualitativa, cuja metodologia é a revisão sistemática de literatura. Na etapa inicial foram encontrados 387 artigos e 6 foram selecionados para a revisão sistemática. Os artigos abordam as diversas características do abuso sexual infantil e as repercussões de suas vivências na vida adulta das vítimas. Observou-se que as consequências do abuso sexual infantil perpassam diversos âmbitos da vida adulta, dificultando as relações pessoal, sexuais e autoimagem das vítimas.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso Sexual Infantil; Mulher; Consequências; Revisão Sistemática.

RESUMEN: Se realizó un análisis crítico de artículos científicos en psicología y áreas afines que discuten el tema de las consecuencias sexuales y psicológicas del abuso infantil en la vida de mujeres adultas. La investigación es bibliográfica con enfoque cualitativo, cuya metodología es la revisión sistemática de la literatura. En la etapa inicial se encontraron 387 artículos y se seleccionaron 6 para la revisión sistemática. Los artículos abordan las diversas características del abuso sexual infantil y las repercusiones de sus experiencias en la vida adulta de las víctimas. Las consecuencias del abuso sexual infantil permean diferentes áreas de la vida adulta, dificultando las relaciones personales, sexuales y la autoimagen de las víctimas.

PALABRAS CLAVE: Abuso sexual infantil; Mujer; Consecuencias; Revisión sistemática.

ABSTRACT: A critical analysis was realized on scientific articles in psychology and related areas that discuss the sexual and psychological consequences of child abuse in the lives of adult women. The research is bibliographic with a qualitative approach, whose methodology is systematic literature review. In the initial stage, 387 articles were found and 6 were selected for the systematic review. The articles address the various characteristics of child sexual abuse and the repercussions of their experiences on the victims' adult lives. The consequences of childhood sexual abuse permeate different areas of adult life, making the victims' personal, sexual relationships and self-image harmed.

KEYWORDS: Child Sexual Abuse. Woman. Consequences. Systematic review.

1 INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil é definido como toda situação na qual uma pessoa menor de 18 anos é usada para satisfação sexual de um adolescente ou adulto por meio de contato ou interação sexual (CDPPS, 2007, apud KRINDGES; MACEDO; HABIGZANG, 2016). Entre

¹ Graduanda em Psicologia na PUC Minas. ligia.wolbert@gmail.com

² Graduanda em Psicologia na PUC Minas. ornelasizabela@gmail.com

³ Doutora em Saúde Coletiva (IMS/UERJ), coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). lukind@gmail.com

janeiro e abril de 2023 o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) registrou mais de 17 mil violações sexuais contra crianças. As meninas são as principais vítimas dessa violência, segundo o levantamento de dados feito com 214 mulheres vítimas de violência sexual por Fornari et al. (2018), mais de 48% das mulheres referiram-se ao domicílio como o local das agressões sexuais, sendo que todas elas foram agredidas entre as idades de 4 e 9 anos. A prevalência do abuso sexual infantil no domicílio faz questionar o imaginário da família como instituição de plena proteção à infância, uma vez que a sociedade fornece aspectos culturais que desenvolver o desamor e desrespeito (SAFFIOTI, 1994, p. 21).

São diversas as consequências do abuso sexual infantil, afetando as crianças e adolescentes nos diversos âmbitos da vida (FLORENTINO, 2015). A maneira como essas consequências vão permanecer na vida adulta depende de inúmeros fatores. Sendo as mulheres as principais vítimas, é relevante compreender a maneira como os estudos abordam as consequências na vida adulta de mulheres vítimas de abuso sexual infantil, quais são suas estratégias metodológicas, além de conceitos que os guiam, com o objetivo de oferecer um panorama sobre o tema. Pretende-se também compreender mais especificamente as consequências sexuais e psicológicas.

Assim, o presente estudo busca compreender como a produção brasileira em Psicologia e áreas afins contribui para o debate sobre as consequências do abuso sexual infantil na vida adulta de mulheres, por meio de uma revisão sistemática de literatura com base no protocolo PRISMA, de artigos publicados entre 2000 e 2021.

2 MÉTODO

Esta revisão sistemática foi realizada a partir do levantamento bibliográfico nas coleções da SciELO e PePSIC, realizado no período de março a maio de 2021. Foram utilizadas como estratégias iniciais de busca os termos: abuso sexual; mulher; abuso sexual infantil; consequências; criança; satisfação sexual; psicologia; estresse pós-traumático; violência sexual; saúde mental; vida sexual; desenvolvimento; vida adulta; gênero e saúde; violência, juntamente com o operador de busca “AND”.

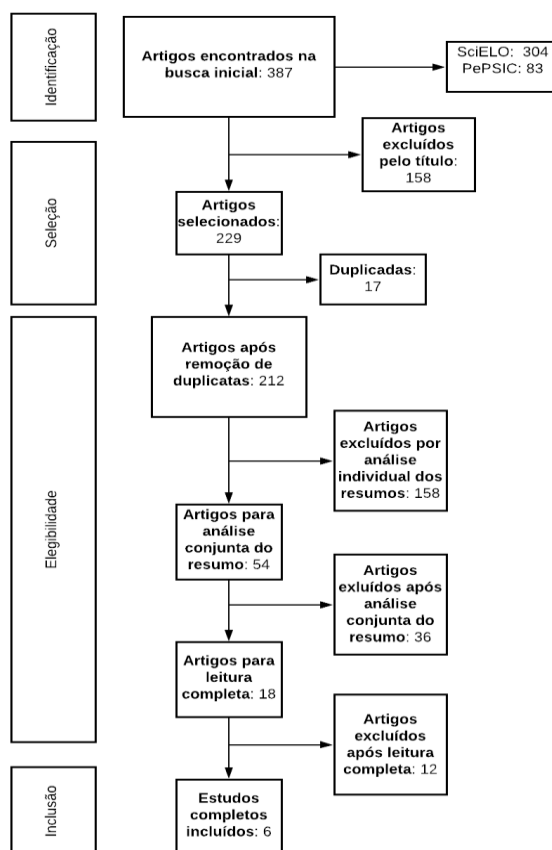
Utilizaram-se como critérios de inclusão textos que: abordam o abuso sexual infantil e suas repercussões na vida adulta; falam sobre as mulheres vítimas de abuso sexual infantil; retratam as consequências do abuso sexual infantil na satisfação sexual das mulheres e/ou em suas constituições psicológicas; são artigos científicos brasileiros; foram escritos e publicados entre os anos de 2000 e de 2021.

Não foram selecionados artigos que não abordassem especificamente as consequências do abuso sexual infantil na vida adulta, textos que não falavam de crianças brasileiras, artigos que tratavam o abuso sexual de forma muito ampla, não fossem em português e aqueles que não abordavam especificamente a vítima.

À vista disso, a pesquisa compreende as regras pertinentes do método de análise de conteúdo de Bardin (1977), sendo estas: regra de exaustividade (todos os textos que correspondem ao objetivo da pesquisa); regra de homogeneidade (todos artigos da PePSIC e SciELO, da Psicologia e áreas afins e que falam das consequências do abuso); regra de pertinência (os textos correspondem aos critérios de inclusão e exclusão).

O levantamento bibliográfico inicial resultou em 304 artigos na SciELO e 83 estudos na coleção PePSIC. Após a realização das buscas nas bases de dados eletrônicas, foi realizada uma revisão dos artigos em quatro fases utilizando os critérios de elegibilidade e a análise de conteúdo, descrita por Bardin (1977), o que inclui: leitura dos títulos; leitura dos resumos de forma individual; leitura conjunta dos resumos; leitura do texto completo. Após seleção dos materiais que constitui o corpus do estudo, foi realizada leitura e análise minuciosa de cada artigo selecionado considerando o seguinte roteiro de leitura crítica: 1) Quais são os objetivos do texto? ; 2) Que ideias o/a autor/a defende? ; 3) Quais são os outros autores e autoras por ele/ela citados/as?; 4) Em que teorias psicológicas eles se baseiam?; 5) Como o/a autor/a constrói seu argumento?; 6) Que tipo de metodologia e evidência são apresentadas pelo/a autor/a para sustentar seu argumento?; 7) Que conceitos e discussões utilizados interessam ao estudo que fazemos?.

Na figura 1 é apresentado o procedimento realizado para identificação e seleção dos estudos incluídos nesta revisão.

Figura 1 - Fluxograma Com Etapas De Busca Da Revisão Sistemática

3 RESULTADOS

Os seis textos selecionados foram: Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância, de Krindges e Habigzang (2018); Os impactos da violência sexual vivida na infância e adolescência em universitários, de Silva et al. (2020); Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa, de Cruz et al. (2021); Indicadores clínicos em psicoterapia com mulheres vítimas de abuso sexual, de Sant'Anna e Baima (2008); Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas, de Krindges et al. (2016); Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta, de Lira et al. (2017).

A partir das principais ideias dos artigos e do conjunto dessas em torno de núcleos de sentido, considerando o roteiro de leitura crítica utilizado, chegou-se a 4 categorias que podem sintetizar a produção estudada: Escolhas metodológicas; Abuso e vítima: Termos em uso; Características do abuso; Consequências psicológicas e sexuais do abuso. Tais temas são guias

pertinentes de discussão, não se excluem mutuamente e podem apresentar ideias que se sobrepõem.

Quadro 1 - objetivos, resultados e conclusões de cada artigo.

Artigo	Autor e ano	Objetivos	Resultados e conclusões
regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância	Krindges e Habigzang (2018)	investigar questões relacionadas à regulação emocional, à satisfação sexual e ao comportamento sexual de risco em mulheres adultas com histórico de abuso sexual na infância.	Os resultados demonstraram que todas as participantes avaliadas possuíam dificuldades de regulação emocional, em menores ou maiores níveis. Em relação à satisfação sexual, seis das participantes obtiveram índices positivos de satisfação, e algumas delas relataram desejo e satisfação sexual preservados. No entanto, outras participantes relataram dificuldades, como aversão sexual e comportamento hipersexualizado.
os impactos da violência sexual vivida na infância e adolescência em universitários	Silva et al. (2020)	Investigar a prevalência de adolescentes e adultos jovens que foram vítimas de violência sexual em algum momento da vida e comparar a presença de sintomas depressivos e ansiosos, qualidade de vida e uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas entre esta população e a que não sofreu abuso.	Os impactos causados pelo abuso são diversos e afetam, mesmo a longo prazo, a vida dos sobreviventes. Abordar o tema e o discutir, amplamente, em todas as esferas da sociedade é uma forma de mobilizar, sensibilizar e instrumentalizar o coletivo, desmistificando o assunto e chamando atenção para essa importante questão social.
repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa	Cruz et al. (2021)	identificar as repercussões do abuso sexual experienciado na infância e na adolescência. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura.	Foi evidenciado que pessoas que experienciam abuso sexual na infância e na adolescência apresentam repercussões de ordem psicológica, física, sexual e social, as quais perduram por toda vida.

indicadores clínicos em psicoterapia com mulheres vítimas de abuso sexual	Sant'Anna e Baima (2008)	Retrata as repercussões a longo prazo, do abuso sexual e busca analisar queixas e sintomas apresentados em psicoterapia por mulheres adultas que foram vítimas de agressões sexuais durante a infância e a adolescência e sua relação com a literatura especializada.	O trabalho verifica aspectos do atendimento psicoterápico, identificando o momento do relato do abuso, a condução do tratamento e os seus benefícios, com a utilização do método retrospectivo documental em uma amostra aleatória de 90 prontuários de mulheres na faixa etária entre 20 e 40 anos que foram atendidas em psicoterapia breve, das quais 10% apresentavam histórico de abuso sexual. Os resultados reforçam a necessidade de uma compreensão mais profunda sobre a prevenção e a profilaxia com vítimas de abuso sexual.
abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas	Krindges et al. (2016)	Realizar uma revisão narrativa da literatura a respeito de abuso sexual na infância (ASI) e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas.	Os problemas relacionados à sexualidade vinculados ao abuso sexual tendem a se intensificar ao longo do ciclo vital. Para isso, se fazem necessárias intervenções terapêuticas de modo amenizar os possíveis problemas existentes e agir de maneira profilática, evitando sintomas futuros. Acredita-se na importância de compreender os fatores complexos que moldam o comportamento sexual humano, de modo a fomentar experiências sexuais responsáveis, seguras e satisfatórias.
abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta	Lira et al. (2017)	compreender repercussões do abuso sexual na vida adulta de mulheres abusadas sexualmente na infância.	a exposição ao abuso sexual no contexto familiar prejudicou a saúde física e emocional de meninas e adolescentes, bem como a convivência familiar, apontando para a necessidade de adoção

			de sensibilidade e solidariedade no cuidado a mulheres com queixas que possam estar associadas a vivências de abuso sexual.
--	--	--	---

4 DISCUSSÃO

4.1 Escolhas metodológicas

Nesta categoria exploramos o delineamento da pesquisa, os métodos utilizados, a organização dos resultados e as dificuldades apontadas durante a execução dos estudos. Krindges e Habigzang (2018) apresentam um estudo de natureza descritiva e exploratória, envolvendo mulheres cujo critério de inclusão era ter pelo menos um episódio de abuso sexual até os doze anos de idade. Após a escolha de oito mulheres, foram utilizados questionários de contexto sociodemográfico, traumas na infância, satisfação sexual, regulação emocional, abuso sexual no Brasil e, entrevista semiestruturada. Foram realizadas análises descritivas dos dados provenientes dos questionários e as entrevistas foram examinadas identificando temas e subtemas.

Silva et al. (2020), realizaram um estudo descritivo e observacional por meio da utilização de questionários aplicados em 858 estudantes de uma universidade pública de São Paulo. A pesquisa observou o contexto sociodemográfico, a presença de abuso físico, sexual e negligência na família, a qualidade de vida, sintomas depressivos e ansiosos, além do envolvimento com substâncias tóxicas e entorpecentes. Adicionalmente, no texto de Sant'anna e Baima (2008), o método empregado na pesquisa foi de natureza retrospectiva documental, em que noventa prontuários de mulheres na faixa etária entre vinte e quarenta anos foram revisados, apoiando-se em um roteiro estruturado que auxiliou na identificação daquelas que foram vítimas de abuso sexual infantil, identificando 9 mulheres.

O estudo feito por Lira et al. (2017) apresentou entrevistas não-estruturadas, método que permite a conquista de informações mais detalhadas, com nove mulheres que foram vítimas de abuso sexual infantil praticado por um homem de seu convívio familiar. No processo de análise foram criadas três categorias: as repercussões da experiência abusiva e seu impacto na relação entre mãe e filha vítima do abuso; os efeitos do abuso sexual no cotidiano de meninas abusadas;

as repercussões do abuso sexual na vida cotidiana de mulheres abusadas sexualmente na infância.

Krindges e Habigzang (2018) encontraram dificuldades de acesso às participantes e apontam que o tempo utilizado para a coleta de dados (entrevista e questionários) pode ter sido desgastante para as entrevistadas. Silva et al. (2020), ao tentarem comparar o resultado da pesquisa com a literatura indicam que as prevalências encontradas são de difícil comparação, visto que diferentes metodologias são utilizadas nos estudos internacionais. Nos artigos escritos por Sant'anna e Baima (2008) e Lira et al. (2017), os autores apontam para a falta de dados nos prontuários, além de limitações relacionadas à localização das pesquisas. Observa-se que nas pesquisas empíricas com envolvimento indireto, via prontuários, notam-se lacunas e problemas de arquivamento. Quanto aos trabalhos empíricos que tratam das consequências do abuso sexual infantil, com participação direta dos sujeitos, esses demonstram que há dificuldades na amplitude da amostra e na possibilidade de generalização dos dados. Schraiber et. al (2009), ao discorrerem sobre questões éticas dos estudos sobre violência contra mulher apontam que a socialização dos momentos de violência vividos, necessária aos estudos aqui analisados, evocam sentidos como medo, vergonha e humilhação, que dificultam o compartilhamento dessas situações. Por se tratar de uma temática sensível, é possível que a dificuldade na amplitude da amostra se deva aos receios das mulheres em expor as situações vividas.

Cruz et al. (2021) realizaram uma revisão integrativa da literatura referente às consequências do abuso sexual experienciado na infância e adolescência. O desenvolvimento deste estudo seguiu seis etapas metodológicas, indo desde a criação da pergunta norteadora do projeto até a análise crítica dos estudos selecionados. O texto de Krindges et al. (2016) é uma revisão narrativa da literatura a respeito do abuso sexual infantil e suas repercussões na satisfação sexual na vida adulta. Estudos dessa natureza mostram a escassez de pesquisas que se dedicam a acompanhar a produção de conhecimentos sobre as consequências do abuso sexual infantil, tema sensível, que desafia pesquisadores no aprofundamento de questões relevantes para a Psicologia e áreas afins.

4.2 Abuso e Vítima: termos em uso

Em relação ao uso do termo abuso sexual observa-se que a definição apresentada pelos artigos acompanha as discussões das áreas das revistas em que forma publicados. Pode-se comparar a concepção de abuso realizada por Cruz et al. (2021), publicada em uma revista de saúde, com a de Sant'Anna e Baima (2008), divulgada em uma revista de psicologia. Enquanto

o primeiro define abuso sexual infantil como uma ação que “perpassa desde o ato libidinoso até a conjunção carnal de um adulto, com o intuito de sentir prazer, o que a difere da exploração sexual que tem interesses financeiros” (CRUZ et al., 2021, p.1370), o segundo o define como “uma situação na qual a criança ou adolescente é usado para a gratificação sexual de um adulto, ou mesmo adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder” (SANT’ANNA et al., 2008, p.729). Dois dos artigos aqui analisados foram publicados em revistas de psicologia e os outros quatro foram publicados em revistas de saúde. Os artigos das revistas de psicologia seguem uma linha sociológica, definindo o abuso como um fenômeno social, enquanto os textos publicados em revistas de saúde apresentam um conceito mais clínico.

Outra diferença entre os artigos se manifesta nos termos utilizados para se falar do abuso. Apesar de todos os textos mencionarem o termo “abuso sexual infantil” ou “abuso sexual na infância” pelo menos uma vez, Silva et al. (2020) utilizam em grande parte da pesquisa o termo “violência sexual contra crianças”. A violência sexual é definida pelos autores como “situações nas quais se é fisicamente forçado a ter intercurso sexual quando não se quer ou se é forçado a fazer algo no contexto sexual que é, pelo indivíduo, considerado humilhante ou degradante” (SILVA et al., 2020, p.2). Esses apontam que na literatura há inúmeras formas de definir e caracterizar a violência do tipo sexual e, portanto, a “utilização de definição ampla favorece os sobreviventes deste tipo de crime, pois deixa de considerar atos banais que, até então, podiam parecer aceitáveis e corriqueiros, mas que trazem grandes prejuízos às vítimas” (SILVA et al., 2020, p. 2). Dessa forma, entende-se que os autores da pesquisa optaram por este termo justamente por conceitualizar de forma ampla o fenômeno do abuso sexual infantil.

Krindges e Habigzang (2018) e Krindges et al. (2016), por sua vez, referem-se ao abuso sexual infantil (ASI) com o uso da sigla correspondente. Vale ressaltar que a utilização da sigla independe do tipo de revista em que o artigo foi publicado, uma vez que o primeiro foi divulgado em uma revista de psicologia e o segundo em uma revista de saúde. Entende-se que as autoras tinham como intenção utilizar o acrônimo para evitar a repetição do termo “abuso sexual infantil” e tornar a leitura mais fluida. Contudo, essa redução pode não ser benéfica, uma vez que deixa de evidenciar o termo em si retirando sua visibilidade social. Estima-se que apenas 10% dos casos de abuso sexual infantil cheguem às delegacias, (Childhood Brasil, 2022). Além disso, Segundo Williams (2002) o abuso sexual infantil é um dos delitos menos denunciados no Brasil, por razões como: a sexualidade humana ser ainda hoje tabu; o medo de represálias e ameaça e no caso de abuso intrafamiliar, o afastamento do agressor pode ter consequências emocionais e financeiras para a família. Esses dados demonstram que é preciso

que o abuso sexual infantil seja um tema tratado abertamente, principalmente nos meios acadêmicos, que buscam problematizar a discussão.

Quanto aos termos utilizados para se referir às mulheres que experienciaram situações de violência sexual, dos seis textos, apenas Silva et al. (2020) e Krindges et al. (2016) usaram o termo sobrevivente em sua análise. Os demais usaram, majoritariamente, o termo vítima. A expressão é uma designação popular e conhecida em todo país, influenciada por uma discussão jurídica sobre o tema. Na legislação mais diretamente relacionada à proteção dos direitos das crianças, adolescentes e mulheres, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.8.069/90) e a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006), o termo empregado é vítima.

Observa-se, que nem sempre o uso dos termos abuso e vítima é uma escolha refletida dos autores, mas certa repetição de termos usados com frequência nas formas clínicas, jurídicas ou psicossociais que debatem sobre o abuso sexual infantil. Entende-se que a polissemia que acompanha essas discussões espelha a natureza interdisciplinar dos estudos e certa aplicabilidade dos termos em cenários específicos, notadamente em contextos clínicos, para abuso, e jurídicos, para a vítima.

4.3 Características do abuso

Nesta categoria destacam-se dos artigos os apontamentos referentes às características do abuso sexual infantil. Krindges et al. (2016) apontam três aspectos importantes para compreender as consequências do abuso sexual infantil: o contexto, o perfil do agressor e a dinâmica do abuso. Aqui, serão tratados, além desses aspectos, a classe social e a idade da vítima, fatores presentes nos textos, mas que não ganharam a mesma relevância que os anteriores. Entende-se, entretanto, que são de suma importância para compreender o abuso e suas consequências.

Concernente ao contexto do abuso, apresenta-se, em todos os textos, uma prevalência do abuso intrafamiliar em relação ao extrafamiliar. O primeiro conceito refere-se ao abuso perpetrado por parentes da vítima, como pais e avôs, e o segundo a pessoas fora do ciclo familiar, como amigos da família ou professores. Krindges e Habigzang (2018) afirmam que dentre as oito participantes de seu estudo, cinco foram vítimas de abuso intrafamiliar. Cruz et al. (2021) demonstram que entre 2015 e 2016, 59% das denúncias de violência sexual infantil no Brasil tinha os genitores como suspeitos. Com relação ao texto de Lira et al. (2017), todas as 9 mulheres selecionadas foram vítimas de abuso intrafamiliar, sendo este um critério de inclusão para a pesquisa. Já em Sant'Anna e Baima (2008), esse dado se refere a 66,6% das

participantes. Nos estudos de Sant’Anna e Baima (2008) e Krindges et al. (2016) a maioria dos perpetradores são os pais e os padrastos. O perfil do agressor é, em todos os textos, masculino e com vínculo afetivo com a vítima. Em toda a bibliografia pesquisada não foi observada a indicação da diferença de idade entre as meninas abusadas e seus agressores, mas a idade das vítimas é apresentada. Krindges e Habigzang (2018) apontam que cinco das oito mulheres estavam em idade pré-escolar (dos dois aos seis anos), Silva et al. (2020) demonstram que no Brasil, em 2018, 53% das mulheres vítimas de estupro tinham menos de treze anos e em Sant’Anna e Baima (2008), 44% das pesquisadas tinham entre cinco e dez anos.

O nível das interações sexuais do abuso é conhecido como topografia do ato sexual. Sant’Anna e Baima (2008) apontam carícias, exibição de órgãos sexuais e penetração como elementos, na sequência, de menor à maior topografia. Além disso, 11,7% das mulheres do estudo relataram a penetração em seus abusos, 35,3% relataram masturbação forçada, 35,3% carícias nos órgãos genitais e 17,6% excitação sexual do adulto frente à nudez total ou parcial da vítima. Krindges et al. (2016) apontam que o abuso sexual com penetração está relacionado ao desejo sexual diádico, ao comportamento autoerótico, ao aumento da excitação, à menor satisfação sexual, além de depressão e experiências intrusivas. Um de seus estudos de referência aponta que 141 vítimas de abuso sexual infantil, 28 relataram casos de abuso sem contato, 51 com contato e sessenta e duas com penetração. Sua análise dos dados aponta que a intensificação dos atos sexuais, maior topografia, faz com que a criança perceba a prática como agressão.

Os estudos de Krindges e Habigzang (2018), Krindges, Macedo e Habigzang (2016) e Lira et al (2017) apontam a falta de credibilidade na vítima quando esta revela à família o abuso sofrido. Apenas duas das seis vítimas abusadas por pai ou padrasto do estudo de Lira, et al. (2017) tiveram seus relatos validados por suas famílias. A autora apresenta que, para muitas mães, saber do abuso sofrido pelas filhas é estar em uma situação que consideram “difícil ou até impossível, no que se refere à separação do abusador quando este é o seu companheiro” (LIRA, et al., 2017, p. 8). Além disso, a denúncia não é feita por medo de prejudicar o agressor pela possibilidade de responder legalmente e pelo desejo de que as relações familiares se mantenham.

A classe social também foi apontada como uma das características relacionadas ao abuso. Silva et al. (2020) demonstram que, de acordo com a literatura, esse é um tipo de violência que acomete todas as classes de maneira igualitária, mas que há uma prevalência da violência sexual nas classes D/E, sendo que a pobreza expõe os indivíduos a mais situações de risco. Destaca a falta de suporte social para enfrentamento de adversidade, como a necessidade

das mães de deixar as filhas sob os cuidados de vizinhos e familiares, pela indisponibilidade de creches em tempo integral. Aponta que meninas de baixa renda correm maior risco de serem vítimas e que em famílias cuja mãe tem mais de doze anos de escolarização os riscos são menores.

Diversos modelos buscam explicar a dinâmica do abuso sexual infantil. Um deles é o modelo integrado por Hohendorff et al. (2014). Segundo esse autor, a dinâmica é uma sequência de eventos, que começa pela conquista da confiança do abusador em relação à vítima, seguida pelas interações sexuais propriamente ditas, a possibilidade de identificação de abuso por parte da vítima, que passa por ameaças do agressor com o objetivo de silenciamento, com ou sem violência e, frequentemente, silenciando-as em decorrência do medo. Quando ocorre a exposição do abuso esta pode ser acidental ou proposital e as vítimas podem sentir-se coagidas a se retratar para evitar que a família se dissolva, por medo que as ameaças do agressor se concretizem, ou pelo descrédito por parte da família.

Os textos analisados não apontam como se deu o aliciamento da vítima, mas levantam informações que indicam uma proximidade da vítima com o agressor, que pode fazer com que o abuso ocorra mais facilmente. A prevalência do abuso intrafamiliar demonstra uma relação de poder muito marcada dentro das casas, onde a proximidade coloca a vítima em uma situação de maior vulnerabilidade, o que também está relacionado à falta de credibilidade apresentada.

Além da proximidade, a prevalência de interações sexuais sem penetração dificulta ainda mais a revelação da vítima sobre os abusos, uma vez que a ausência de força física facilita a confusão típica do abuso infantil: uma pessoa de confiança da criança que a toca sem feri-la. Considerando que o corpo responde a estímulos físicos, mesmo que seja uma violação, a criança terá dificuldades de conceber o abuso como algo errado.

A idade das vítimas também chama atenção. Percebe-se um predomínio do abuso em crianças menores de dez anos. Krindges, Macedo e Habigzang (2016) apontam a relação entre a idade na época do abuso e as consequências na vida sexual. (trazer dados de idade de abuso BR)

4.4 Consequências psicológicas e sexuais do abuso

A literatura científica acerca das repercussões do abuso sexual infantil na vida de mulheres adultas aponta que as consequências psicológicas podem ser de curto e longo prazo, uma vez que dependem da idade da pessoa agredida e da que agride, das características do abuso, da personalidade da vítima, da duração e da frequência da agressão, do tipo e da

gravidade do ato e da reação do ambiente. Tais consequências afetam as vítimas em múltiplos aspectos, sendo ressaltada pelos textos a esfera psicológica. Dentre os aspectos destacados pelos artigos, encontram-se: sentimentos negativos despertados pelo abuso, desregulação emocional, depressão, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), distúrbios do sono, ansiedade, baixa autoestima e comportamento autodestrutivo.

Após a ocorrência do abuso, é comum nas vítimas o despertar de sentimentos negativos, seja em relação a si mesmas, ao perpetrador ou ao evento ocorrido. Consoante o estudo de Krindges e Habigzang (2018), as vítimas apontam como consequências negativas, relacionadas à experiência de abuso sexual, sentimentos de vergonha, tristeza, confusão, medo e nojo. Sant’Anna e Baima (2008) apontam que a auto culpabilização “parece estar na base dinâmica psíquica das vítimas e da estruturação dos demais sintomas” (SANT’ANNA et al., 2008, p. 739), sendo citada em todos os casos de seu estudo, além de ser o sentimento mais presente durante a época das agressões.

O despertar desses sentimentos negativos e a dificuldade para lidar com as emoções, expressando-as de maneira intensa ou com diminuição expressiva, configura-se como desregulação emocional, consequência sinalizada por Krindges e Habigzang (2018). O sofrimento da vítima, ao ser internalizado, compromete seu desenvolvimento emocional, levando-a a desenvolver estratégias de regulação emocional desadaptativas e podendo contribuir para o desencadeamento de psicopatologias na idade adulta e quadros depressivos.

A depressão foi apontada como uma das repercussões mais comuns do abuso sexual, seguida por ansiedade e baixa autoestima. Mencionada por cinco dos seis estudos analisados, a depressão é vista por Krindges et al. (2016) como uma consequência da auto culpabilização gerada pelo abuso, cuja ocorrência é mais elevada nos casos em que envolve penetração. A pesquisa realizada por Silva et al. (2020) com 858 estudantes universitários apontou que as vítimas de violência sexual apresentavam mais sintomas depressivos e ansiosos, bem como pior qualidade de vida do que as não vítimas, concluindo que depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) são as formas mais comuns de problemas no âmbito psicológico associados ao abuso.

A depressão é um processo de adoecimento mental, relacionada intrinsecamente ao trauma da vivência do abuso sexual na infância. Todavia, esse trauma também pode se apresentar sob a forma de TEPT. Como expõem Cruz et al. (2021) “TEPT se caracteriza como um transtorno que reúne sinais e sintomas físicos e psicológicos provenientes de situações traumáticas vivenciadas ou presenciadas pela vítima, a qual passa a reviver recorrentemente o episódio assim como ocorreu no passado” (CRUZ et al., 2021, p. 1375). A presença frequente

de TEPT em mulheres vítimas de abuso na infância é causada pela vulnerabilidade da situação, acompanhada pelo sentimento de culpa e medo de que estão presentes na fase aguda do transtorno de estresse pós-traumático, segundo os estudos de Sant’Anna e Baima (2008). Este transtorno pode ainda desencadear na vítima distúrbios do sono devido ao constante estado de alerta em que o indivíduo fica, segundo Cruz et al. (2021).

Todo esse sofrimento internalizado da vítima, somado com as repercussões físicas e psicológicas do abuso, fazem com que muitas mulheres adotem comportamentos autodestrutivos como recursos psicológicos para lidar com a dor. Conforme apontado por Krindges, Macedo e Habigzang (2016), dentre as estratégias de coping autodestrutivas se encontram ideação suicida, abuso de substâncias e autolesão, sendo que dois dos textos desta revisão (Silva et al., 2020; Krindges et al., 2016) apontam esses comportamentos como uma das consequências mais comuns associadas à experiência de abuso sexual infantil. Lira et al. (2017) também apontam a relação entre depressão e ideações suicidas, uma vez que, por se sentirem fragilizadas emocionalmente, as mulheres veem o suicídio como saída para livrar-se da sua dor intolerável.

O abuso de substâncias químicas, lícitas e ilícitas também foi citado como um recurso psicológico autodestrutivo. Para as mulheres, o uso excessivo das drogas diminuiria o sofrimento, além de minimizar sintomas depressivos e ansiosos. O estudo de Silva et al. (2020) mostra que estudantes universitárias vítimas de abuso sexual usavam mais tabaco, maconha e hipnóticos ou sedativos do que as não vítimas.

Na categoria das consequências sexuais a topografia do abuso apresenta-se como fator que influencia a vida adulta. O estudo de Krindges et al. (2016) indica que o estupro recorrente com penetração está relacionado a menor satisfação sexual, comportamento autoerótico e maior desejo na vida adulta. Os casos sem penetração indicaram aumento da satisfação sexual na vida adulta. A idade no momento da violação também se apresenta como um fator relevante para compreender essas consequências. Krindges e Habigzang (2018) e Krindges et al. (2016) apontam que crianças abusadas até os seis anos costumam ter comportamento hiperssexualizado, enquanto crianças mais velhas e adolescentes apresentam aversão sexual e sentimento de culpa.

As entrevistas realizadas no estudo de Krindges e Habigzang (2018), indicam que as vítimas de abuso sexual infantil apresentaram dificuldades nas relações sexuais na idade adulta, como insatisfação sexual, aversão sexual e pouco interesse. Dessa forma, percebe-se que os sentimentos relacionados à aversão indicam que a experiência abusiva foi marcante a ponto de novas interações sexuais remeterem a vítima à situação, possivelmente despertando memórias,

sensações e os sentimentos do momento do abuso. Cruz et al. (2021) associam esses sentimentos à repugnância ocasionada pelo toque, sofrimento e dor rememorados em situações sexuais e Sant’Anna e Baima (2008) pontuam que as vítimas revivem as experiências abusivas. Problemas nos relacionamentos amorosos e insatisfação nas relações também são apresentados pelos autores. Em Krindges et al. (2016) observa-se que o abuso pode dificultar a manutenção de relações íntimas saudáveis na vida adulta, decorrente da dificuldade de confiar nas pessoas, como explicam Sant’Anna e Baima (2008).

Em contrapartida, o aumento do desejo sexual também pode ser uma consequência do abuso infantil em mulheres. Como apontado na categoria de características do abuso, o corpo reage ao toque, o que pode explicar essa consequência. Entretanto, esse desejo vem acompanhado de comportamentos de risco, relacionados, por exemplo, à relação sexual sem proteção. Krindges e Habigzang (2018) e Krindges et al. (2016) pontuam que a experiência pode permitir menor constrangimento em relações de intimidade, além de aumento do interesse sexual, que pode ser precoce para essas mulheres. Cruz et al. (2021) apontam que o desejo precoce é danoso para a criança, uma vez que esta não possui repertório cognitivo para lidar com os sentimentos despertados pela violência. Lira et al. (2017) colheram histórias semelhantes, com destaque para uma delas em que o abuso perpetrado pelo padrasto a conduziu à iniciação sexual precoce e à prostituição. Nesse mesmo estudo, a experiência precoce é apontada como presente em 42% das crianças abusadas entre sete e dez anos.

O comportamento sexual de risco vem associado a essa experiência prematura, relatado em cinco dos seis artigos analisados. A exibição precoce e violenta à experiência sexual não permite que essas mulheres a concebam de modo saudável, não considerando a importância do sexo seguro e a possibilidade do estabelecimento de relações respeitadas. Em Cruz et al. (2021), a conduta hiperssexualizada é apontada como causa da “busca incessante e indiscriminada por relações sexuais mesmo que desprotegidas e com pessoas desconhecidas, o que novamente expõe a pessoa a IST” (CRUZ et al., 2021, p. 1376). O termo promiscuidade é utilizado por Sant’Anna e Baima (2008) e Silva et al. (2020), embora os autores não expliquem quais comportamentos consideram promíscuos. Entre as participantes do estudo de Silva et al. (2020), as alunas com histórico de violência na infância apresentaram índices maiores para a ocorrência de sexarca (primeira relação sexual) e de gravidez, associadas à vida sexual mais ativa.

A revitimização também foi apontada pelos artigos como uma consequência do abuso sexual infantil. Cruz et al. (2021) apontam que mulheres vítimas de abuso sexual na infância possuem 3,4 vezes mais chances de sofrerem novos abusos sexuais e físicos durante a vida. Seis das nove participantes do estudo de Sant’Anna e Baima (2008) afirmaram que sofreram

outros abusos sexuais após o primeiro. Krindges et al. (2016) pontuam que a dissociação causada pela violência compromete a capacidade de detectar estímulos ameaçadores como situações potencialmente abusivas, o que aumenta o risco de revitimização.

Os estudos expõem disfunções sexuais como repercussões do abuso. Cruz et al. (2021), Lira et al. (2017) e Krindges, Macedo e Habigzang (2016) apresentam especificamente a dificuldade para atingir o orgasmo, dor genital e lubrificação insuficiente, além de infecções por doenças sexualmente transmissíveis, que também são apresentadas como uma repercussão em Cruz et al. (2021) e em Silva et al. (2020).

Sentimentos de ambiguidade em relação à orientação sexual também são evidenciados pelos autores. Os estudos de Lira et al. (2017) e Cruz et al. (2021) indicam que as vítimas podem apresentar dificuldades de se relacionar com homens. Assim, essa repulsa pode gerar um sentimento de dúvida em relação à orientação sexual, mesmo que não tenham interesse em se relacionarem com mulheres. Lira et al. (2017) nomeiam essa característica como contradição entre gênero e sexo, entretanto, sua explicação diz respeito à orientação sexual e não a gênero.

O sentimento conflitante em relação à orientação sexual indica que esta não se relaciona apenas à atração física, mas a todas as concepções de gênero que se constrói ao longo da vida. A experiência abusiva na infância pode influenciar no modo como cada mulher concebe o gênero masculino, associando-o a características que as afastam deste.

5 CONCLUSÃO

O abuso sexual infantil é não apenas um fenômeno individual, mas também um grave problema social que transcende as fronteiras do âmbito pessoal, afetando a sociedade como um todo. No contexto social, o abuso infantil revela-se como um fenômeno que reflete desigualdades estruturais, normas culturais prejudiciais e deficiências nos sistemas de proteção e educação. A prevalência desse problema ressalta a necessidade de abordar questões mais amplas, como a conscientização pública, o fortalecimento das políticas de prevenção, e a implementação de estratégias para identificar e intervir efetivamente em situações de risco. Além disso, é imperativo abordar as causas subjacentes do abuso infantil, como pobreza, desigualdade de gênero e falta de educação sexual, para promover uma mudança social mais ampla e prevenir futuras ocorrências. Além disso, enfatizar a prevenção primária por meio de programas educacionais nas comunidades e escolas pode ser uma maneira eficaz de interromper o ciclo do abuso sexual infantil. Integrar abordagens sociais e clínicas é essencial para abordar de maneira holística esse fenômeno.

Do ponto de vista clínico, o abuso sexual infantil demanda uma abordagem multidisciplinar para lidar com as complexidades emocionais e psicológicas que afetam as vítimas. Profissionais de saúde mental, assistentes sociais e outros especialistas desempenham um papel crucial no tratamento das sequelas do abuso, buscando proporcionar suporte emocional, terapias especializadas e estratégias de enfrentamento.

A partir dos artigos analisados percebe-se a alta complexidade da relação entre abuso sexual infantil e consequências psicológicas e para a vida sexual. Nota-se que as consequências são diversas e dependem de vários fatores para além do abuso em si. Ressalta-se que a complexidade torna as consequências não previsíveis, mesmo considerando os fatores externos, a subjetividade, relacionada ao seu ambiente social, econômico e biológico, tem forte influência nas consequências do abuso. Desse modo, as repercussões permeiam umas às outras, podendo se configurar como, no caso da gravidez, por exemplo, em uma consequência sexual, mas também psicológica.

A falta de trabalhos nacionais encontrados pelas autoras, demonstra como um tema de tamanha relevância pública e social ainda não é vastamente explorado e trabalhado dentro da sociedade acadêmica. Observa-se que os textos publicados em revistas de psicologia possuem um foco maior nas relações de poder e nas características sociais do abuso sexual infantil. Já os das revistas de saúde focam mais na questão clínica da vítima de abuso. Compreende-se que a primeira concepção pode ser melhor para o entendimento de consequências sexuais e psicológicas na vida adulta, enquanto a segunda seria aplicável ao entendimento médico e de saúde da mulher abusada sexualmente na infância. Entretanto, essas informações são um indicador de que ainda predomina uma concepção divisória entre saúde mental/psicológica e saúde física.

Por fim conclui-se que as consequências aqui apresentadas tendem a se intensificar ao longo do ciclo vital, indicando uma necessidade de intervenção na vida adulta, para que a vítima possa ressignificar o abuso, minimizando os impactos psicológicos causados pelo abuso e criando possibilidades de uma vivência saudável da sexualidade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Rio de Janeiro: Edições 70, 2015.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Disque 100 registra mais de 17,5 mil violações sexuais contra crianças e adolescentes nos quatro primeiros meses de 2023**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2023.

BRASIL. **Lei Maria da Penha: LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm > Acesso em 18 mai. 2022.

BRASIL, Childhood. **Para além dos namorados: 12 de junho também é o Dia Nacional do Combate ao Trabalho Infantil - Childhood Brasil.** Disponível em: <https://www.childhood.org.br/para-alem-dos-namorados-12-de-junho-tambem-e-o-dia-nacional-do-combate-ao-trabalho-infantil/> >. Acesso em: 26 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266 . Acesso em: 04 jun. 2022.

CRUZ, Moniky Araújo da *et al.* Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, 26(4), p. 1369–1380, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021264.02862019>. Acesso em: 02 abr. 2021.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo; (2015). As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista De Psicologia**, 27(2), 139–144. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-0292/805>. Acesso em: 04 ago. 2022.

FORNARI, Lucimara Fabiana *et al.* Gender and generation perspectives in the narratives of sexually abused women in childhood. **Revista Latino-americana De Enfermagem**, 26, e3078, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1518-8345.2771.3078>. Acesso em: 04 mai. 2022.

HOHENDORFF, Jean Von *et al.* **Violência sexual contra meninos: Teoria e intervenção.** Curitiba: Juruá, 2014.

KRINDGES, Cris Aline; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância. **Estud. psicol.**, Campinas, 35(3) p. 321–332, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275201800030001>. Acesso em: 04 mai. 2022.

KRINDGES, Cris Aline; MACEDO, Davi Manzini; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 9, n. 1, p. 60-71, jun. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822016000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 jan. 2024.

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho *et al.* (2017). Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto & Contexto - Enfermagem**, 26(3), 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017000080016>. Acesso em: 19 mai. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de Gênero no Brasil Atual. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, nº especial, 2º semestre de 1994, p.443-461.

SANT'ANNA, Paulo Afrânio; BAIMA, Ana Paula da Silva. Indicadores clínicos em psicoterapia com mulheres vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 28(4), p. 728-741, 2008.

SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. **Cadernos De Saúde Pública**, 25, s205–s216, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/jt5yff5hHH5cXCHr6Bwzw9p/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVA, Flávia Calanca da *et al.* The effects of sexual violence experienced in childhood and adolescence on undergraduate students. **Revista De Saúde Pública**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/WsH8y6sFdSWy4ssKph55x3w/?lang=en#>. Acesso em 04 ago. 2022.